

# Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

Deus não fez a morte, nem se alegra com a  
destruição dos vivos [God did not make death,  
nor rejoice over the destruction of living]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository.  
More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy  
of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Krautler, Dom Erwin
Publisher	EATWOT's International Theological Commission
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-06-24 10:57:43
Link to Item	<a href="http://hdl.handle.net/20.500.12424/216343">http://hdl.handle.net/20.500.12424/216343</a>



# Deus não fez a morte, nem se alegra com a destruição dos vivos

(Sb 1,13)

**Dom Erwin KRÄUTLER**  
**Bispo do Xingú, BRASIL**

## Introdução

Vivo há quase cinquenta anos na Amazônia brasileira e sou testemunha de uma devastação programada em nome do progresso. Essa destruição implacável e cada vez mais intensa não é um assunto interno do Brasil, mas tem consequências para todo o planeta. Durante as últimas décadas, milhares de quilômetros quadrados de floresta tropical sucumbiram às chamas. Há 150 anos, as florestas tropicais cobriram 12% da superfície do planeta. Mais da metade já foi destruída. Pastagens em grande escala, plantações de soja ou de cana-de-açúcar têm substituído a floresta. Onde ela ainda existe, a derrubada desenfreada de madeiras preciosas continua, em grande parte de forma ilegal, pois as autoridades ambientalistas fazem vistas grossas à exploração madeireira ou se absterem de fiscalizar os transportes de madeira que muitas vezes ocorrem na calada da noite. Territórios indígenas são invadidos e madeiras de lei roubadas, aparentemente sem nenhum impedimento. Tombaram as florestas outrora rotuladas de "eternas". A Amazônia é despojada, tem as veias abertas, as vísceras expostas, é sangrada até a inanição. Nos programas do governo é considerada "última fronteira agrícola", "província mineral", "província madeireira", tudo na perspectiva de aproveitamento econômico. Agora por último descobriu-se a Amazônia como "província energética". Iniciou-se a ofensiva contra as águas também até agora consideradas "eternas". Os grandes rios da Amazônia são condenados a morrer. São represados e transformados em reservatórios de água parada.

## A Ecologia e as Conferências Mundiais das Nações Unidas

Estou convicto de que todas as tentativas oficiais, as inúmeras conferências, maiores e menores, promovidas pelas Nações Unidas resultaram apenas em constatações, cada vez mais exatas e atualizadas de conferência em conferência. Novas abordagens técnicas, novas estatísticas, nova terminologia, novos propósitos! O que falta são compromissos concretos, assumidos para valer. O cerne da questão não está sendo focalizado ou então, como se fala no Brasil, empurrado com a barriga. Todo mundo dá-se conta de que as consequências da mudança climática são bem mais sérias do que se imaginava ainda alguns anos atrás. Mas quando climatólogos falam da necessidade urgentíssima de diminuir a emissão de gases de efeito estufa, quando algum instituto de pesquisas vem com dados alarmantes, quando o desperdício de matérias primas e esbanjamento de recursos não renováveis são indicados como responsáveis pela deterioração de nosso planeta, quando os tremendos exageros de consumo e as montanhas de lixo são identificados como causa do descalabro, quando alguém levanta a voz e prega moderação e sobriedade, as conferências empacam, pois os grandes negam sua assinatura. As decisões são adiadas para uma próxima conferência e os prazos prorrogados até o dia de São Nunca. Tem-se a impressão de que na medida em que um país “desenvolve”, aumenta sua insensibilidade em relação ao meio ambiente. A história das conferências mundiais é prova disso.

Vejamos essa história de um interminável puxa-encolhe que já começou nos anos 60 do século passado. O termo “Ecologia” foi criado pelo cientista alemão Ernst Haeckel (1834-1919) e designou inicialmente o ramo da Biologia que estuda “as relações entre os seres vivos e o meio ambiente em que vivem”. Nos anos 60 o conceito *ecologia* transpôs a esfera acadêmica das ciências biológicas e caiu na linguagem comum, passando a denominar todo um conjunto de inquietações e preocupações em torno do meio ambiente deteriorado em consequência da expansão industrial. De repente soam sirenes de alarme: o clima planetário mostra perturbações graves e exige medidas de emergência, a atmosfera está aquecendo, a concentração de gases de efeito estufa aumentou e o nível do mar está subindo.

O livro *Silent Spring* (Primavera silenciosa) de Rachel Carson foi sem dúvida uma das obras mais importantes do século XX. É um primeiro alerta mundial sobre os efeitos nocivos de pesticidas e agroquímicos e um contundente questionamento da relação mantida pelo homem com a natureza. Urge uma legislação mais rígida em defesa do meio ambiente ameaçado.

Nos anos 70 movimentos ambientalistas estreiam as primeiras passeatas e manifestações<sup>1</sup> em praça pública. Em diversos países europeus cria-se o assim chamado Partido Verde. Nos parlamentos e congressos nacionais começam a travar-se debates sobre medidas de proteção ambiental. Surgem reivindicações cada vez mais enérgicas de uma ampla mudança de hábitos em relação à natureza.

A preocupação com o meio ambiente, inicialmente assunto deste ou daquele país, estende-se para a esfera internacional. Assim em 1972, de 5 a 16 de junho, realizou-se em Estocolmo, Suécia, a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente com a participação de 113 países. Naquela conferência os Estados Unidos da América até se dispõem em reduzir as atividades industriais poluentes. Recomenda-se o “desenvolvimento zero” por algum tempo. Mas já nesta primeira conferência mundial os percalços que caracterizariam também as conferências subsequentes são mais fortes do que as boas intenções. Os países com a industrialização incipiente não aceitam a proposta de uma moratória, interpretando o “desenvolvimento zero” como condenação dos países em vias de desenvolvimento à estagnação econômica. Assim o Brasil da época da Ditadura Militar assumiu a liderança de 77 países que não queriam saber da existência de uma problemática ambiental e passaram a defender um “desenvolvimento a qualquer custo”. Hoje ficamos até chocados pensando na faixa que um representante do governo brasileiro exibiu: “Bem vindos à poluição, estamos abertos a ela. O Brasil é um país que não tem restrições, temos várias cidades que receberiam de braços abertos a sua poluição, porque nós queremos empregos, dólares para o nosso desenvolvimento”<sup>2</sup>.

Já nesta primeira conferência percebe-se nitidamente o racha entre países industrializados e países com incipiente industrialização, entre países chamados de desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento. O aparentemente impossível consenso em relação a medidas urgentes no combate à deterioração do meio ambiente será a sina de todas as conferências subsequentes. Estocolmo pelo menos lembrou à humanidade de que grande parte dos recursos naturais não são renováveis e sendo explorados de maneira descontrolada, as consequências comprometerão a vida das futuras gerações. Mas, já que não se consegue chegar a um denominador comum de como enfrentar um apocalipse que se anuncia cada vez mais assombroso, acha-se melhor desativar “por enquanto” as

---

<sup>1</sup> Um exemplo impressionante desta consciência ecológica foi o plebiscito realizado na Áustria contra a Usina Nuclear de Zwentendorf, a 37 km da capital Viena. Em 5 de novembro de 1978 o povo se manifestou por 51% a 49% contra o seu funcionamento e a decisão vale até hoje.

<sup>2</sup> <http://scienceblogs.com.br/geofagos/2008/12/o-desenvolvimento-sustentavel-realmente-existe/>

sirenes de alarme e adiar soluções para um futuro indefinido. O que ficou bem claro é: se todos os países quiserem alcançar o mesmo padrão de vida da maioria dos países do hemisfério norte, o planeta Terra entra irremediavelmente em colapso.

Em 1983, após avaliar os 10 anos da Conferência de Estocolmo, as Nações Unidas criaram a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento<sup>3</sup>. O *Relatório Brundtland* publicado em 1987 é fruto dessa comissão. Cunhou-se o conceito de desenvolvimento *sustentável*<sup>4</sup>. Com esse adjetivo queria-se acentuar que o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da atual geração não pode com isso prejudicar as futuras gerações. O relatório fala de “opções dolorosas” a serem necessárias e insiste na “vontade política”<sup>5</sup> como base do tal desenvolvimento sustentável.

A convite do chanceler da Áustria, Franz Vranitzky, participei da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92 ou Eco-92), realizada de 3 e 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro, 20 anos depois da Conferência de Estocolmo. O *Desenvolvimento Sustentável* do *Relatório Brundtland* torna-se o princípio básico da Agenda 21. Mais uma vez se fala em alto e bom som que o progresso almejado tem que ser realizado em harmonia com o meio ambiente. As reivindicações da geração atual não podem colocar em risco a qualidade de vida das gerações futuras. Nesta Eco-92 aconteceu um fato inédito para eventos deste tipo. Uma criança falou aos congressistas e os meios de comunicação divulgaram o episódio com manchetes em letras garrafais: “Uma garota calou o mundo por seis minutos”. De fato, Severn Cullis Suzuki, uma menina canadense de 12 anos falou em nome de uma organização de crianças de seu país em defesa do meio ambiente. “Somos um grupo de crianças canadenses, de 12 a 13 anos”, dizia ela. “Tentamos fazer a nossa parte. Estou lutando pelo meu futuro (...). Estou aqui para falar em nome das gerações que estão por vir. Estou aqui para defender as crianças com fome, cujos apelos não são ouvidos. Estou aqui para falar em nome dos incontáveis animais morrendo em todo o planeta (...) Todas essas coisas acontecem bem diante dos nossos olhos e, mesmo assim, continuamos agindo como se tivéssemos todo o tempo do mundo e todas as soluções. Sou apenas uma criança e não tenho as soluções, mas quero que saibam que vocês também não as têm. Vocês não sabem como

<sup>3</sup> World Commission on Environment and Development (WCED). A comissão foi chefiada pela então Primeira-Ministra da Noruega, a Sra. Gro Harlem Brundtland.

<sup>4</sup> “Humanity has the ability to make development sustainable to ensure that it meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs” (n. 27).

<sup>5</sup> “Painful choices have to been made. Thus (...) sustainable development must rest in political will” (n. 30).

reparar os buracos da camada de ozônio. Vocês não sabem como salvar os salmões das águas poluídas. Vocês não sabem ressuscitar os animais extintos. Vocês não podem recuperar as florestas que um dia existiram, onde hoje é deserto. Se vocês não podem recuperar nada disso, então, por favor, parem de destruir!" Vinte anos depois Severn Cullis Suzuki volta ao Brasil, já mãe de dois filhos, e em tom melancólico comenta: "Vi que muitas pessoas choraram após o meu discurso. Desde então, milhões de pessoas assistiram o vídeo<sup>6</sup>. Ainda recebo correspondências sobre isso, mas 20 anos depois, o que mudou? Ainda procuro provas de que minhas palavras fizeram a diferença".

E os anos passam. Mais e mais rios e lagos morrem. Em muitas regiões o ar poluído causa problemas respiratórios à população. As calotas polares e as geleiras nos Alpes e nos Andes estão derretendo. As secas afetam áreas cada vez maiores e se estendem por períodos mais longos. Tempestades pesadas, ciclones, furacões, tsunamis estão cada vez mais frequentes. O nível do mar sobe bem mais que o IPCC <sup>7</sup> previu ainda em 2007. Em 1997, foi assinado o Protocolo de Kyoto. Os países industrializados firmaram acordo para estabelecer metas de redução na emissão de gases-estufa na atmosfera. No entanto países em vias de desenvolvimento como Brasil, México, Argentina, Índia e principalmente China foram dispensados das metas de redução. E aí acontece o imprevisível: o maior emissor de gases do mundo, os Estados Unidos, desliga-se em 2001 do protocolo alegando que a redução iria comprometer a economia do país.

Uma conferência segue a outra. Mas quando se trata de metas concretas, os grandes caem fora. Em 2011, a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas em Durban, África do Sul, (28 de novembro a 11 de dezembro) prolonga o Protocolo de Kyoto para 2017. Iria expirar em dezembro de 2012. Nem metas compulsórias de corte de emissões foram estabelecidas, nem prazos foram estipulados. Já que os EUA não são mais signatários do Protocolo de Kyoto, nada terão a cumprir nem emissões a cortar.

E o que trouxe a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a "Rio + 20" (20 – 22 de junho de 2012)? No encerramento da conferência os participantes trocaram amabilidades e se desdobraram em elogios mútuos. Eufóricos falam do "sucesso" da conferência. A pergunta é: sucesso para quem e em que? Na realidade, o resultado é frustrante. A declaração final "O Futuro que Queremos" é apenas mais um documento que fala daquilo que já estamos careca de saber: da necessária proteção do meio ambiente e da luta contra a pobre-

<sup>6</sup> [www.youtube.com/watch?v=oJJGuIZvFLM](http://www.youtube.com/watch?v=oJJGuIZvFLM) (já teve mais de 23 milhões de acessos).

<sup>7</sup> Intergovernmental Panel on Climate Change (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas)

za. Mas não estabelece nem metas nem prazos e por isso não deixa de ser um documento chocho e insosso, sem consequências concretas. A Severn Cullis Suzuki mais uma vez pode dizer e com toda razão: “Ainda procuro provas de que minhas palavras fizeram a diferença”.

### O Processo Conciliar das Igrejas Cristãs

As Igrejas Cristãs sem dúvida fizeram grandes esforços, mas não se chegou a uma ação ecumênica que abrange todas as Igrejas, muito menos se conseguiu uma estratégia conjunta com outras religiões.

Edificante é a história do *processo conciliar* ecumênico que tem por pai e inspirador o pastor luterano Dietrich Bonhoeffer<sup>8</sup> que sonhou com um “Concílio de paz de todas as Igrejas Cristãs”. Se bem que um concílio que reunisse todas as Igrejas Cristãs até hoje não foi possível, creio que o nosso santo papa João XXIII compartilhou do sonho de Bonhoeffer quando em 25 de janeiro de 1995 anunciou na Basílica de São Paulo Fuori le Mura o Concílio *Ecumênico* Vaticano II.

A ideia de Dietrich Bonhoeffer de convocar um Concílio de Paz que em nível de todas as Igrejas Cristãs foi mais uma vez ventilada em 1983 na Assembleia Geral do Conselho Mundial de Igrejas Cristãs em Vancouver, Canadá. Mesmo assim esse tipo de concílio nunca chegou a ser realizado. O Vaticano II, embora chamado concílio *ecumênico* foi um evento exclusivo da Igreja Católica e representantes convidados de outras Igrejas tiveram apenas status de observadores. A assembleia de Vancouver concordou em promover um "*processo conciliar* de compromisso mútuo pela *justiça, paz e preservação da criação*". Neste compromisso a *Preservação da Criação* pela primeira vez é relacionada com *Justiça e Paz*.

O Concílio Vaticano II não chegou a tanto. Aliás, em todos os Decretos, Constituições e Declarações não existe uma única referência à ecologia ou ao meio ambiente. Na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* fala-se apenas que o “homem foi criado ‘à imagem de Deus’ capaz de conhecer e amar seu Criador, que o constituiu senhor de todas as coisas terrestres, para que as dominasse e usasse, glorificando a Deus” (GS 12). Predomina a visão de *dominar* e *usar* sem nenhuma restrição ou advertência quanto aos limites desta dominação ou uso. Mais adiante a *Gaudium et Spes* diz que o homem “deve amar as próprias coisas criadas por Deus” (GS 37) e ponto final.

Vancouver repercutiu 1989 na Primeira Assembleia Ecumênica Europeia em Basileia, Suíça (15 a 21 de maio), com uma declaração final denominada “Paz na Justiça” em que se exige uma “ordem mundial ecoló-

<sup>8</sup> Bonhoeffer foi uma das últimas vítimas do regime nazista. Foi condenado à força e executado por ordem expressa de Hitler no campo de concentração Flossenbürg ao alvorecer o dia 9 de abril de 1945, pouco antes do final da Segunda Guerra Mundial.

gica”. A partir de uma reflexão teológica sobre a criação essa assembleia confessa, usando um estilo de autocrítica:

- *“Falhamos porque não temos dado testemunho do carinho de Deus por todas e cada uma das criaturas e não adotamos um estilo de vida correspondente à nossa auto-compreensão de nós sermos também parte da criação de Deus.*

- *Falhamos porque não questionamos de modo mais categórico os sistemas políticos e econômicos que exploram os recursos naturais do mundo em seu próprio proveito e perpetuam a pobreza e marginalização”.*

Nesta assembleia o meio ambiente é considerado como “sujeito legal” que põe balizas ao individualismo das pessoas quando os “direitos de todas as criaturas” são desrespeitados.

Um ano depois, 1990, realizou-se em Seul, Coréia do Sul, a Assembleia Ecumênica Mundial (5 a 12 de março). O Vaticano enviou uma delegação de observadores. Seul adota o esquema do Ver – Julgar – Agir<sup>9</sup> e em analogia aos Dez Mandamentos apresenta dez “afirmações básicas”. Entre elas chamam-nos especial atenção as afirmações VII e VIII relacionadas com o meio ambiente e a questão ecológica:

- *Afirmção VII: “Afirmamos que Deus ama a criação. Deus, o Criador, é a origem e o sustentáculo de todo o cosmos. (...) Já que a criação é de Deus e sua bondade permeia toda a criação, somos chamados a respeitar a vida como sagrada (...) Afirmamos ainda que o mundo como obra de Deus possui a própria integridade e que terra, água, ar, florestas, montanhas e todas as criaturas incluindo os seres humanos, são “bons” aos olhos de Deus”*

- *Afirmção VIII: “Afirmamos que a Terra pertence a Deus. Terra e águas significam vida para os seres humanos (...). É por isso que afirmamos que a terra pertence a Deus. O homem deve usar a terra e a água de uma maneira que ela possa recuperar sempre de novo o seu poder vivificante e sua integridade seja protegida e que os animais e criaturas*

<sup>9</sup> O método Ver-Julgar-Agir foi criado por Joseph Cardijn (1882-1967), fundador da Juventude Operária Católica (JOC), para ser usado nas reuniões de militantes. Cardijn, sacerdote belga, oriundo de uma família pobre, ordenado bispo em 21 de novembro 1965 e um dia depois nomeado Cardeal por Paulo VI, iniciou no Concílio Vaticano II o debate sobre a Constituição Pastoral Gaudium et Spes em que seguiu este método Ver-Julgar-Agir. Na América Latina e especialmente no Brasil a maioria dos documentos episcopais adotaram este mesmo esquema. A uma aprimorada análise da realidade (Como é o mundo em que vivemos? Quais as causas da situação em que vivemos?) segue uma reflexão bíblico-teológica (O que Deus nos fala? Qual é o projeto de Deus para nós neste mundo?). Baseado nestes dois pilares chega-se a propostas de compromissos a serem assumidos como ações e iniciativas concretas (O que Deus quer que façamos? Quais as obrigações dos governos e congressos nacionais? Qual é a missão de cada uma, cada um e de todos nós neste mundo?).

*têm seu espaço de vida de que precisam. Resistiremos a qualquer política que trata a terra como mera mercadoria (...). Em solidariedade nos comprometemos com os povos indígenas que lutam por sua cultura, sua espiritualidade e por seus direitos à terra e às águas. Comprometemo-nos também em solidariedade para com os trabalhadores rurais e camponeses pobres que lutam por uma reforma agrária como também pelos trabalhadores rurais sazonais. Ademais nos comprometemos a respeitar o habitat ecologicamente necessário para outros seres vivos".*

## A questão ecológica na Igreja Católica

Mesmo que o Concílio Vaticano II não tratou da questão do meio ambiente, isso não significa que a Igreja Católica se omitiu. É bem verdade que nossa Igreja pegou o bonde já andando.

O primeiro Papa que se referiu explicitamente ao meio ambiente foi Paulo VI quando em 16 de novembro de 1970 dirigiu uma mensagem à FAO<sup>10</sup> por ocasião de seu XXV aniversário:

- *“O homem gastou milênios para aprender a submeter a natureza, a dominar a terra (...). Agora soou a hora de ele dominar o seu próprio domínio”.*

Por ocasião da Conferência de Estocolmo, Paulo VI enviou no dia 1º de junho de 1972 uma mensagem ao Secretário Geral das Nações Unidas Kurt Waldheim para manifestar sua preocupação com o meio ambiente:

- *“Como podemos ignorar os desequilíbrios provocados na biosfera pela exploração desordenada das reservas físicas do planeta, até com o objetivo de produzir coisas úteis, como também o desperdício dos recursos naturais não renováveis, a contaminação do solo, da água, do ar e do espaço, com seus atentados contra a vida vegetal e animal?”*

João Paulo II e Bento XVI insistiram em suas encíclicas ou alocuções sempre de novo na responsabilidade dos homens em relação ao meio ambiente. Cito o Papa João Paulo II em sua encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*:

- *“Usá-los (os recursos naturais) como se fossem inesgotáveis, com domínio absoluto, põe seriamente em perigo sua disponibilidade não só para a geração presente, mas, sobretudo, para as gerações futuras” (n. 34).*

O Papa Bento XVI cunhou a expressão “ecologia humana” que será muito cara ao Papa Francisco. Em sua Encíclica *Caritas in Veritate*, Bento XVI insiste:

- *“quando a ‘ecologia humana’ é respeitada dentro da sociedade, também a ecologia ambiental é favorecida” (n. 51).*

<sup>10</sup> Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)

## A Igreja na América Latina e a Ecologia

A Igreja na América Latina abordou a questão do meio ambiente nas Conferências Episcopais de Puebla (1979)<sup>11</sup> e de modo especial em Santo Domingo (1992)<sup>12</sup> e por último em Aparecida (2007)<sup>13</sup>. Participei como delegado da CNBB das duas últimas.

Em Puebla assinala o documento final entre “Objetivos, Opções e Estratégias”<sup>14</sup> como linha de ação pastoral:

- *“Preservar os recursos naturais criados por Deus para todos os homens, a fim de transmiti-los como herança às gerações vindouras” (DPb 1236).*

A IV Conferência Episcopal da América Latina e do Caribe<sup>15</sup> celebrada em Santo Domingo coloca a Ecologia entre os “novos sinais dos tempos” (nn. 169 – 170) e lembra a Eco-92 do Rio de Janeiro, apropriando-se inclusive do termo “sustentável” (DSD 169):

- *“os cristãos, como integrantes da sociedade, não estão isentos de responsabilidade em relação aos modelos de desenvolvimento que provocaram os atuais desastres ambientais e sociais”*

### Recomenda ainda como linha de ação pastoral:

- *“valorizar a nova plataforma de diálogo que a crise ecológica criou e questionar a riqueza e o desperdício” e ainda “aprender dos pobres a viver com sobriedade e a partilhar e valorizar a sabedoria dos povos indígenas no tocante à preservação da natureza como ambiente de vida para todos” (DSD 169).*

Entendo que “para todos” não se restringe apenas aos seres humanos, mas a todos os seres vivos que Deus criou.

*Também o documento de Aparecida dedica à Ecologia um capítulo especial: “O cuidado com o meio ambiente” (nn. 470 – 475), mas já nas primeiras páginas o documento afirma:*

<sup>11</sup> A Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano realizou-se em Puebla de los Angeles, México, de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979.

<sup>12</sup> A Quarta Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe realizou-se em Santo Domingo, República Dominicana, de 12 a 28 de outubro de 1992.

<sup>13</sup> A Quinta Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe realizou-se no Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida em Aparecida, São Paulo, Brasil, de a 31 de maio de 2007.

<sup>14</sup> “Conclusões de Puebla: A Evangelização no presente e no futuro da América Latina”: quarta parte, capítulo III: Ação da Igreja junto aos construtores da sociedade pluralista na América Latina

<sup>15</sup> “Conclusões de Santo Domingo: Nova Evangelização. Promoção Humana e Cultura Cristã”.

• “Junto com os povos originários da América, louvamos ao Senhor que criou o universo como espaço para a vida e a convivência de todos seus filhos e filhas e no-los deixou como sinal de sua bondade e de sua beleza. A criação também é manifestação do amor providente de Deus; foi-nos entregue para que cuidemos dela e a transformemos em fonte de vida digna para todos. Ainda que hoje se tenha generalizado uma maior valorização da natureza, percebemos claramente de quantas maneiras o homem ameaça e inclusive destrói seu ‘habitat’. “Nossa irmã a mãe terra”<sup>16</sup> é nossa casa comum e o lugar da aliança de Deus com os seres humanos e com toda a criação. Desatender as mútuas relações e o equilíbrio que o próprio Deus estabeleceu entre as realidades criadas, é uma ofensa ao Criador, um atentado contra a biodiversidade e, definitivamente, contra a vida. O discípulo missionário, a quem Deus encarregou a criação, deve contemplá-la, cuidar dela e utiliza-la, respeitando sempre a ordem dada pelo Criador” (DAP 125).

Em seguida observa:

• *“O Senhor entregou o mundo para todos, para os das gerações presentes e futuras. O destino universal dos bens exige a solidariedade com a geração presente e as futuras. Visto que os recursos são cada vez mais limitados, seu uso deve estar regulado segundo um princípio de justiça distributiva, respeitando o desenvolvimento sustentável” (DAP 126).*

No capítulo específico dedicado à Ecologia o documento dá ênfase a seguinte proposta:

• *“Procurar um modelo de desenvolvimento alternativo<sup>17</sup>, integral e solidário, baseado em uma ética que inclua a responsabilidade por uma autêntica ecologia natural e humana, que se fundamente no evangelho da justiça, da solidariedade e do destino universal dos bens, e que supere a lógica utilitarista e individualista, que não submete os poderes econômicos e tecnológicos a critérios éticos” (DAP 474c)*

e acrescenta um parágrafo precioso sobre a Amazônia:

• *“Criar nas Américas consciência sobre a importância da Amazônia para toda a humanidade. Estabelecer entre as Igrejas locais de diversos países sul-americanos que estão na bacia amazônica uma pastoral de conjunto com prioridades diferenciadas para criar um modelo de desenvolvimento que privilegie os pobres e sirva ao bem comum” (DAP 475).*

## As Campanhas da Fraternidade no Brasil

Desde o ano 1964 a Igreja do Brasil realiza na quaresma as

<sup>16</sup> São Francisco de Assis (1182 – 1244), Cântico das Criaturas, 9

<sup>17</sup> Paulo VI, *Populorum Progressio*, 20: O verdadeiro desenvolvimento “é a passagem, para todos e cada um, das condições de vida menos humanas a condições de vida mais humanas”.

Campanhas da Fraternidade para acentuar a dimensão social da nossa fé e da vivência cristã. As campanhas atingem todas as paróquias e comunidades do território nacional. São momentos fortes de reflexão e tomada de consciência que ultrapassam inclusive o âmbito eclesial e repercutem até no Congresso Nacional. Em 1979 a Ecologia foi pela primeira vez tema de uma campanha: “Por um mundo mais humano”. O lema foi: “Preserve o que é de todos”. Cinco anos depois, a Igreja retomou o assunto do meio ambiente através da campanha “Deus, fonte de vida” e o lema “Para que todos tenham vida”. Grande repercussão em nível nacional e internacional teve a Campanha da Fraternidade de 2002 dedicada aos Povos Indígenas. A questão do meio ambiente está intimamente relacionada com a causa indígena e as terras habitadas pelos índios desde tempos imemoriais. O tema desta campanha foi “Fraternidade e Povos Indígenas” e o lema “Por uma terra sem males”. Em 2004 o tema foi “Fraternidade e água” e o lema “Água, fonte de vida”. A campanha de 2007 foi dedicada à Amazônia com o tema “Fraternidade e Amazônia” e o lema “Vida e missão neste chão”.

### O Sínodo da América (16 de novembro a 12 de dezembro de 1997)

Em 1997 fui delegado da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no Sínodo da América. Para minha intervenção de oito minutos no dia 27 de novembro de 1997 escolhi como título a expressão do Papa Paulo VI “Cristo aponta para a Amazônia”.

Aproveitei este momento propício para descrever nossa realidade na Amazônia:

*“A cada ano que passa, milhares de quilômetros quadrados de selvas milenares são destruídos pelo fogo. A floresta sucumbe aos interesses de grandes latifundiários. A hileia amazônica, pátria secular dos indígenas e ribeirinhos, é violentada para ceder lugar a imensas pastagens. Madeiros exploram as selvas restantes e não descansam até que a última árvore de madeira de lei tenha sido derrubada, serrada e exportada. Garimpeiros penetram as selvas. Intentam o ouro a qualquer preço e deixam atrás de si crateras lunares e rios poluídos, além de contagiar, com todo tipo de enfermidade, os índios indefesos e sem anticorpos.*

*Apesar de declarações oficiais de preservar a Amazônia e de implementar um “desenvolvimento sustentável”, a realidade que vivemos está bem distante das belas cartas de intenção. Se a depredação, a destruição e os saques às riquezas naturais do solo e subsolo da Amazônia continuarem no ritmo atual, não passarão mais duas décadas até o dia fatal em que, compungidos, iremos oficiar o ‘Réquiem’ para a Amazônia:*

*“Lacrimosa dies illa, dum resurget ex favilla judicandus homo reus”<sup>18</sup>.*

<sup>18</sup> “Lacrimoso aquele dia no qual, das cinzas, ressurgirá, para ser julgado, o homem réu” do hino *Dies Irae* do século XIII que tem provavelmente como autor Tomás de Celano. O hino fez parte da liturgia do *Requiem*, a missa pelos defuntos segundo o rito tridentino.

Fiz várias propostas em relação à Amazônia. Entre elas cito aqui as que se referem ao meio ambiente:

- *Que denunciemos o histórico e atual despojo das terras dos povos indígenas e a destruição de suas culturas e acompanhem as lutas indígenas pela recuperação e demarcação de suas terras e pelo reconhecimento legal de sua propriedade comunitária.*

- *As reivindicações indígenas representam a causa mais ampla da defesa da vida sociocultural e da biosfera. As futuras gerações nos questionarão sobre a justa distribuição dos bens deste planeta e igualmente sobre a qualidade da terra, da água e do ar que herdaram de nós. Importa uma nova ascese no uso dos bens e uma nova bioética que ultrapassa as reivindicações ecológicas setorializadas.*

- *Na América, um dos ecossistemas mais cobçados por causa de sua biodiversidade, mas também dos mais ameaçados pela exploração de empresas madeireiras e mineradoras, é a Amazônia. Esta região é o habitat natural de muitos povos indígenas não só no Brasil, mas também nas Guianas, na Venezuela, Colômbia, no Equador, Peru e na Bolívia. A defesa dos povos indígenas, de suas terras e culturas, faz parte da defesa mais ampla deste patrimônio único da humanidade.*

Parte do meu aporte foi inserida na Exortação Apostólica pós-sinodal “Ecclesia in America” (n. 25).

## O Papa Francisco

Em 4 de abril de 2014 o Papa Francisco recebeu-me em audiência particular. Já no meu quarto mandato de presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e secretário da Comissão Episcopal para a Amazônia, solicitei por recomendação do Cardeal Dom Claudio Hummes OFM, presidente desta comissão, uma audiência para tratar de assuntos relacionados à Igreja na Amazônia, às Comunidades Eclesiais de Base daquela macroregião, à Causa Indígena e, relacionada com essa, a questão ecológica.

Entreguei ao papa um documento em que apresentei os problemas que os indígenas enfrentam apesar de o Brasil dispor de uma Constituição Federal bem favorável a eles quanto aos direitos às suas terras ancestrais, à sua cultura, a seu idioma e a seu modo de viver<sup>19</sup>. Revelei ao papa que há uma campanha anti-indígena em curso que quer modificar os parâmetros constitucionais para possibilitar o acesso às terras indígenas a fim de ocupá-las e explorá-las.

<sup>19</sup> Constituição da República Federal do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988: Capítulo VIII, Dos Índios: Artigos 231 e 232: Título X, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: Artigo 67.

O Papa Francisco me falou então que estava preparando uma Encíclica sobre Ecologia. Insisti que num documento de tamanha envergadura como é uma encíclica, a Amazônia ameaçada e a luta pela sobrevivência física e cultural dos Povos Indígenas merecem um especial destaque. Já na véspera da audiência eu havia falado a esse respeito com o Cardeal Peter Turkson, presidente do Pontifício Conselho Iustitia et Pax, encarregado de preparar um anteprojeto para a encíclica. O Cardeal Turkson solicitou minha colaboração. Aceitei o pedido com alegria.

Lembro-me da ênfase especial que o Papa Francisco deu quando começamos a falar de ecologia. Ele me disse: “Não trataremos da ecologia de modo apenas genérico, está na hora de falarmos em ecologia ‘humana’ “. Entendi perfeitamente e senti-me confirmado nas teses que há anos defendo. Desde que vejo de perto a destruição da Amazônia preocupo-me com a ecologia não apenas como uma ciência que estuda o meio ambiente como objeto de pesquisas científicas, mas como dimensão vital para toda a humanidade e de todos os seres criados. Não existe vida humana desligada do meio ambiente. O ser humano só sobrevive no seu meio ambiente. Assim sempre considere absurdo pensar no meio ambiente como algo fora de nós, separado de nós, subjugado e dominado por nós.

O termo “ecologia humana” já foi usado pelo Papa João Paulo II em sua encíclica *Centesimus Annus* de 1991(n. 38) e pelo Papa Bento XVI na encíclica *Caritas in Veritate* (n. 51). O Papa Francisco insiste nesta terminologia desde o início de seu pontificado. No discurso por ocasião de seu primeiro encontro com o Corpo Diplomático acreditado junto à Santa Sé em 22 de março de 2013 o Papa fala do “respeito profundo por toda a criação” e explica o seu nome Francisco que “nos ensina a guardar este nosso meio ambiente, que muitas vezes não usamos para o bem, mas desfrutamos com avidez e prejudicando um ao outro”.

A preocupação com a ecologia, a preservação e defesa da criação são baseadas em nossa fé. Deus não concedeu aos homens poder absoluto sobre a criação, a licença irrestrita de agredir sem escrúpulos e explorar a natureza. A palavra da Bíblia "dominar a terra" (Gn 1,28) foi muitas vezes mal interpretada. O texto original em hebraico significa "colocar o pé sobre a terra" o que quer dizer: Deus confia à responsabilidade humana toda a criação para ser cuidada, zelada, protegida. Exatamente neste sentido vai o discurso do Papa Francisco na Praça de São Pedro em 5 de junho de 2013 por ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente. Aí ele deu uma verdadeira catequese ecológica:

• *Quando falamos de meio ambiente, da criação, vêm ao meu pensamento as primeiras páginas da Bíblia, o Livro do Génesis, onde se afirma que Deus colocou o homem e a mulher na terra, para que a cultivassem e conservassem (cf. Gn 2,15). E em mim surgem estas perguntas: O que*

*quer dizer cultivar e conservar a terra? Estamos verdadeiramente cultivando e conservando a criação? Ou estamos explorando-a e descuidando dela? O verbo cultivar faz vir à minha mente o cuidado que o agricultor tem pela sua terra, a fim de que produza fruto e este seja compartilhado: quanta atenção, paixão e dedicação! Cultivar e conservar a criação é uma indicação de Deus, dada não só no início da história, mas a cada um de nós; faz parte do seu desígnio; significa fazer com que o mundo se desenvolva com responsabilidade, transformá-lo para que seja um jardim, um lugar habitável para todos. (...) Somos frequentemente levados pela soberba do domínio, da posse, da manipulação e da exploração; não a conservamos, não a respeitamos e não a consideramos como um dom gratuito a ser cuidado. Estamos perdendo a atitude do encanto, da contemplação, da escuta da criação; (...) Por que acontece isto? Porque pensamos e vivemos de modo horizontal; afastamo-nos de Deus e não lemos os seus sinais. Mas o cultivar e conservar não abrange apenas a relação entre nós e o meio ambiente, entre o homem e a criação, mas refere-se inclusive aos relacionamentos humanos. Os Papas falaram de ecologia humana, estreitamente ligada à ecologia ambiental.*

Em seu discurso aos bispos brasileiros em 27 de julho de 2013 no Rio de Janeiro por ocasião da Jornada Mundial da Juventude o Papa Francisco considerou a Amazônia como “teste decisivo, banco de prova para a Igreja e a sociedade brasileiras” e disse:

- *Queria convidar a todos a refletirem sobre o que Aparecida disse a propósito da Amazônia<sup>20</sup>, incluindo o forte apelo ao respeito e à salvaguarda de toda a criação que Deus confiou ao homem, não para que a explorasse sem escrúpulos, mas para que a tornasse um jardim.*

O documento de Aparecida se queixa que a população indígena do continente está praticamente excluída das decisões sobre o uso das riquezas naturais.

- *A natureza foi e continua sendo agredida. A terra foi depredada. As águas estão sendo tratadas como se fossem uma mercadoria negociável pelas empresas, além de haver sido transformadas em um bem disputado pelas grandes potências. Um exemplo muito importante nesta situação é a Amazônia<sup>21</sup> (DAP 84).*

Além disso Aparecida enfatiza “a importância da Amazônia para toda a humanidade” e exige “um modelo de desenvolvimento que privilegie os pobres e sirva ao bem comum” (DAP 475).

<sup>20</sup> DAp nn. 83-87 e 475.

<sup>21</sup> A Amazônia pan-americana ocupa uma área de 7,01 milhões de quilômetros quadrados e corresponde a 5% da superfície da terra, 40% da América do Sul. Contém 20% da disponibilidade mundial de água doce não congelada. Abriga 34% das reservas mundiais de florestas e uma gigantesca reserva de minerais. Sua diversidade biológica de ecossistemas é a mais rica do planeta. Nessa região se encontram cerca de 30% de todas as espécies da fauna e flora do mundo.

## Conclusão – Sumak Kawsay <sup>22</sup>

Há apenas cinco décadas o meio ambiente é discutido em conferências, simpósios, seminários e encontros e motiva declarações no âmbito das Nações Unidas e protestos e manifestações pelo mundo afora. Hoje, conforme assegura nosso Papa Francisco, é “o maior desafio da humanidade”<sup>23</sup>

Os povos indígenas andinos devem estar estranhando que o mundo que se autodenomina de “civilizado” descobre somente agora o que a sabedoria indígena já sabia desde sempre e chama de *Sumak Kawsay* (Bem Viver): Existe um ser supremo que criou todas as coisas e por isso deve ser amado e respeitado. Esta consciência faz o homem e a mulher viver em paz consigo mesmo e em harmonia com os irmãos e irmãs e ao mesmo tempo com todos os seres criados, com o mundo que nos rodeia.

Não seria este *Sumak Kawsay* – o Bem Viver – uma alternativa ao modelo vigente de desenvolvimento? Não poderia esta sabedoria antiga dos povos indígenas suscitar hábitos e comportamentos opostos ao consumismo e ao individualismo e posturas que descartam todo e qualquer mecanismo de exclusão? Não seria o estilo de vida simples, sóbria, frugal e modesta vivido pelos indígenas um vigoroso apelo à sociedade de hoje?

Está na hora de defendermos em nível de Igreja e pessoalmente a criação de Deus e denunciarmos os mecanismos mortais que causam a morte do planeta. Mas a denúncia por si só não basta! Temos que nos perguntar, todos e cada uma, cada um de nós, até que ponto somos corresponsáveis pela morte lenta do nosso planeta. Precisamos de mais coragem para não nos deixar vencer pelas ininterruptas propagandas que alimentam o consumismo, além de produzir montanhas de lixo cada vez mais altas.

Está na hora de nos lembrarmos que os filhos e netos desta geração também querem viver!

Altamira, 18 de agosto de 2014



<sup>22</sup> “Sumak Kawsay” é uma expressão quechua, língua indígena dos Andes, traduzida geralmente por “Bom Viver”. *Sumak* quer dizer “plenitude” e *Kawsay* significa “viver”. Interessante é que a expressão foi levada em consideração na Constitución de la República del Ecuador de 2008: Art. 14. - Se reconoce el derecho de la población a vivir en un ambiente sano y ecológicamente equilibrado, que garantice la sostenibilidad y el buen vivir, *sumak kawsay*. Se declara de interés público la preservación del ambiente, la conservación de los ecosistemas, la biodiversidad y la integridad del patrimonio genético del país, la prevención del daño ambiental y la recuperación de los espacios naturales degradados.

<sup>23</sup> Entrevista publicada em Buenos Aires, 27 de julho de 2014 (AFP), na revista argentina *Viva*.